

Assunto: TJPE vai receber novos desembargadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona
Página: 2	Data: 29/01/2015



NOVOS NO TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Neves, marcou para o dia 6 de fevereiro, às 9h30, a sessão que vai escolher os novos desembargadores do TJ: Humberto Vasconcelos (merecimento) e Márcio Aguiar (antiguidade). A 3ª vaga, do Ministério Público, só será escolhida após o dia 11, quando o MP envia sua lista sêxtupla. O TJ então reduz a três e Paulo Câmara “faz” o primeiro desembargador da sua gestão.

Assunto: Interlocação entre Executivo e Judiciário

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Política

Seção:

Página: 3

Data: 29/01/2015

jornal do  **commercio**

Paulo quer Alepe parceira

PODERES Governador diz que não se envolve na disputa do Legislativo. Mas espera a Assembleia colaborando com o governo

Franco Bonites
fbonites@jc.com.br

O PSB abriu mão de ter candidato à presidência da Assembleia Legislativa para apoiar a reeleição do deputado estadual Guilherme Uchoa (PDT) e agora a expectativa dos socialistas é que o gesto seja retribuído à altura na legislatura que se inicia no próximo domingo. Isso ficou claro com as declarações do governador Paulo Câmara (PSB) ontem após participar da primeira reunião do programa Mãe Coruja de sua gestão (*leia mais em Cidades*).

Sem citar o nome de Uchoa, o governador afirmou que espera dos integrantes da Mesa Diretora da Assembleia empenho idêntico aos das gestões Eduardo Campos e João Lyra (PSB). "A gente espera da próxima Mesa o mesmo grau de colaboração e integração que tivemos nos últimos oito anos: uma Assembleia que sempre apoiou aquilo que foi bom para Pernambuco. Esperamos ter esse grau de relação", declarou.

A participação na reunião do Mãe Coruja ontem foi a primeira agenda pública de Paulo no Estado desde a segunda-feira da semana passada, quando sua administração foi bombardeada por rebeliões nos principais presídios

**Governador
anunciou seu
novo assessor
especial, o
ex-secretário
Djalmo Leão**

estaduais e por críticas de agentes penitenciários e policiais civis e militares. "Não vamos nos omitir de reconhecer que precisamos melhorar em muitas áreas do Estado. O nosso desafio é de melhorar e avançar. Estou muito sereno em relação a isso, sabendo que temos um ano duro. Vamos sentar, ouvir e discutir e tirar indicativos a partir disso", falou.

O governador disse encarar com normalidade as cobranças dos policiais e agentes penitenciários. "Todo início de ano as categorias se reúnem, fazem suas assembleias e delas saem as pautas de reivindicação. Vamos receber todas as pautas e vamos analisá-las. Temos tanto as questões salariais quanto as de infraestrutura, de melhoria do trabalho. Algumas a gente já sabe o que tem que fazer e outras pode

discutir. Esse é um amplo processo de negociação", falou.

ASSESSORIA

O primeiro nome da equipe da nova Assessoria Especial foi confirmado por Paulo ontem. Trata-se de Djalmo Leão, que foi secretário da Fazenda de Eduardo Campos e depois assumiu a chefia da Controladoria Geral do Estado. "Sou um pouco aluno dele. Sempre que entrei no governo tive ele como referencial e agora ele quer me ajudar dessa forma", explicou.

Paulo informou que está debatendo com o chefe da Assessoria Especial, José Neto, quem serão os outros integrantes da pasta, que tem status de secretaria. Dos atuais assessores especiais, apenas o ex-presidente do Tribunal de Justiça, Fausto Freitas, continuará no governo. A função continuará a mesma, a de ajudar na interlocação entre o Executivo e o Judiciário.

A Assessoria Especial terá duas secretarias-executivas. Uma para relações internacionais e outra vai cuidar de informações gerenciais e estratégicas para o governador. "Será uma assessoria que vai ter pessoas que possam contribuir com um olhar diferenciado daquele que os secretários têm dentro da sua rotina de trabalho", disse Paulo.



GESTÃO Paula Câmara comandou a sua primeira reunião do programa Mãe Coruja

Saúde define sete novos gestores

O Diário Oficial do Estado trará nos próximos dias os nomes dos novos gestores das seis grandes emergências pernambucanas. O secretário de Saúde, José Iran Costa Júnior, definiu os titulares dos postos na sexta passada, mas só revelou ontem quem foram os escolhidos para comandar os principais hospitais públicos de Pernambuco.

Das seis emergências, três continuam sob a mesma direção. Na Restauração quem segue no comando é o cirurgião geral Miguel Arnanjo, que está à frente da maior emergência do Norte/Nordeste há quatro anos. A pediatra Carla Araújo continua na chefia do Barão de Lucena e em Caruaru o cirurgião-dentista José Bezerra fica mais uma tempo-

rada à frente do Hospital Regional do Agreste.

A pediatra Cláudia Miranda foi escolhida para dirigir o Agamenon Magalhães. A médica Iaracy Melo assume o Otávio de Freitas. No Getúlio Vargas, o comando vai para Gustavo Souza Leão, que foi presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia/Seção Pernambuco.

Assunto: O Mutirão e a Justiça	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Opinião JC	Seção: Editorial
Página: 10	Data: 29/01/2015

jornal do commercio

O mutirão e a Justiça

O Tribunal de Justiça de Pernambuco promove em muito boa hora concurso para preencher 50 vagas de juiz substituto. Isso, para um quadro em que há 200 cargos vagos e quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dá conta de que a cada piscar de olhos um novo processo chega ao Judiciário, com números assombrosos: tribunais e comarcas receberam mais 28 milhões de ações no ano passado, o estoque é de 95 milhões e em 2020 pode chegar a 114,5 milhões. Pernambuco, claro, faz parte dessa dramática condição de um sistema onde a sociedade busca a solução de litígios e,

em instância derradeira, a justiça.

Esse diagnóstico sintético de uma grande doença nacional ainda não tem medicação precisa, que instale a segurança desejada na prestação jurisdicional. O que fazer, então? Uma das medicações de emergência que vem sendo aplicada há alguns anos, em conta-gotas, o mutirão, é um tratamento que não cura os sintomas nem as causas. Ele é aplicado quando há montanhas de processos paralisados ou andando lentamente, ou porque há pessoas presas já tendo cumprido suas penas – o que faz do sistema prisional isso que temos visto em Pernambuco. Entretanto,

num caso ou em outro, a doença resiste e o CNJ adverte que os responsáveis pelo tratamento, os juizes, estão adoecendo com depressão, insônia, ansiedade.

A questão de o que fazer continua valendo para todo sistema Judiciário, como foi posto em 2008 quando o Supremo Tribunal Federal lançou um mutirão carcerário para revistar a execução das sentenças condenatórias criminais. Entre 2010 e 2011 foram libertadas 21 mil pessoas que estavam ilegalmente presas e 41 mil presos receberam benefícios como progressão de regime ou livramento condicional. Per-

nambuco, com a tremenda superlotação de seus presídios, em que avançou com o mutirão? Pode-se imaginar que esse mecanismo poderá suprir nossas deficiências, não apenas no crime mas em todas as áreas de prestação jurisdicional?

A doença parece ser muito mais grave que a aplicação dessa medicação que, por se repetir, acentua a letalidade do mal, fazendo-se prática repetida, rotineira, quando deveria ser uma exceção, remédio de uso excepcional para trazer cura a um mal perfeitamente identificado e eliminado em suas causas. Basta ver o nosso caso, o problema

do complexo prisional de Pernambuco, exigindo ruptura absoluta com tudo que foi feito até agora, fazendo-se, por exemplo, da prática de revista da execução das sentenças uma atividade diária, permanente, rotineira, para se impedir a escandalosa condição a que chegamos e, principalmente, para se impedir que um inocente seja condenado a viver a miserável condição dos nossos presídios um só dia. Enquanto assim não for feito, estaremos jogando para o futuro o que hoje já é uma tragédia e não se cuida de entender o quadro apenas com um protagonista, o juiz, nem um só enredo, o mutirão.

Assunto: Emergência no sistema prisional	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 29/01/2015

DIARIOdePERNAMBUCO

Estado de emergência no sistema prisional

Depois de rebeliões e denúncias de descaso do Judiciário em relação aos detentos, o governador Paulo Câmara decretou, ontem, estado de emergência no sistema penitenciário. Ele também determinou intervenção provisória imediata no Centro Integrado de Ressocialização de Itaqui. O governo deverá instalar uma força tarefa para reestruturar o setor. LOCAL A4

Assunto: Emergência no sistema prisional

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Local

Seção:

Página: A4

Data: 29/01/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Emergência no sistema prisional

Decreto do governo acelera trâmites para investimentos. Governador também criou força-tarefa com nove secretarias e determinou intervenção no Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitanga

O governo de Pernambuco declarou, ontem, estado de emergência no sistema penitenciário. O governador Paulo Câmara (PSB) assinou, também, um decreto que cria uma força-tarefa envolvendo nove secretarias, com objetivo de identificar problemas do sistema e atuar para resolvê-los. Câmara também determinou a intervenção do estado no Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitanga, que terá suas obras retomadas. O nome do interventor será divulgado hoje e o texto será publicado no *Diário Oficial* de amanhã.

Com o estado de emergência, o trâmite para compra de equipamentos e contratação de pessoal é facilitado, segundo o procurador-geral de Pernambuco, César Catão. "Alguns contratos poderão ter

dispensa de licitação." O estado de emergência tem prazo de 180 dias.

A força-tarefa deverá apresentar ao governador, a cada 30 dias, um relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no período. Entre as responsabilidades estão a alocação de recursos orçamentários para o custeio das ações emergenciais; contratação de elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas; adequações e ampliação das unidades prisionais, visando como prioridade máxima a criação de novas vagas; e tratativas com o governo federal para a viabilização de financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais. A força também vai fazer parcerias com o Judiciário, Defensoria Pública, OAB, Ministério Público e Tribunal de Contas.

As medidas foram anunciadas na semana seguinte à rebelião no Complexo Prisional do Curado, no Recife, que deixou dois detentos e um policial mortos. Ontem, a Secretaria Executiva de Ressocialização apresentou o resultado de novas revistas no Curado. Foram encontrados 60 armas, 31 celulares e uma minifábrica de cachaca onde foram apreendidos 760 litros da bebida.



Formado por três presídios, o Complexo do Curado registrou rebelião com três mortos na semana passada

Em janeiro de 2013, o então governador Eduardo Campos declarou estado de emergência na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase).

Itaquitanga

Além de nomear um interventor, o governo autorizou a ocupação provisória do prédio pelo estado, para preservar a segurança da obra, guardar e proteger a edificação e as instalações, minimizando os prejuízos decorrentes da paralisação dos trabalhos.

Também serão apurados os prejuízos e feitas adequações de projetos de engenharia para contratação das obras. O estado também determinou abertura de processo administrativo para apurar faltas contratuais da concessionária para eventual decretação da caducidade da concessão.

+ saibamais

Secretarias que integram a Força Tarefa

- Justiça e Direitos Humanos
- Casa Civil
- Fazenda
- Planejamento e Gestão
- Desenvolvimento Social
- Controladoria Geral
- Administração
- Gabinete de Projetos Estratégicos
- Procuradoria Geral do Estado

Objetivo da força-tarefa

Identificar os problemas do sistema e atuar para que sejam resolvidos.

O sistema carcerário de Pernambuco



20 unidades



32 mil presos

O Complexo do Curado



Fonte: Seres e CNU

Assunto: Menção à juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Filtro	Seção: Editorial
Página: A7	Data: 29/01/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Fragilidade do meio jurídico

Um grupo de idosos, aposentados do D.E.R.-PE, está sofrendo nas mãos de uma juíza da Terceira Vara da Fazenda do TJPE que no dia 22/01/15, pela terceira ou quarta vez, deu um mesmo despacho ao processo 11223-50.2010.817.001, segundo a advogada deles. Desta forma o mesmo voltará com o mesmo despacho das vezes anteriores e assim não sai desse círculo vicioso. Se outros juízes assimilarem essa prática os reclamantes estarão perdidos. Não sabemos se isso ocorre em retaliação porque a morosidade em sua tramitação foi reclamada nas ouvidorias do TJPE e do CNJ.

CLÁUDIO DE MELO SILVA - Olinda

Assunto: Sistema Penitenciário em estado de emergência	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

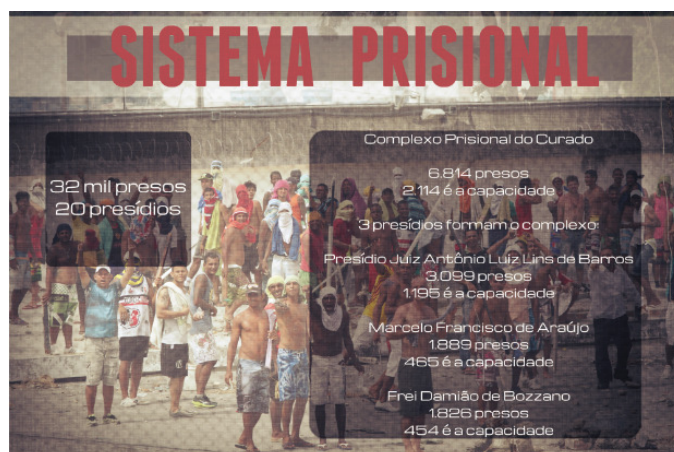
Sistema Penitenciário em estado de emergência



Rebelião no Complexo Prisional do Curado, na última semana, terminou com três mortos, incluindo um sargento da Polícia Militar, e mais de 40 feridos. Foto: Alcione Ferreira/DP/D.A.Press

Após rebeliões em série e denúncias de descaso do judiciário em relação aos detentos de Pernambuco, o governador Paulo Câmara declarou, nesta quarta-feira (28), estado de emergência no sistema penitenciário e solicitou intervenção provisória do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga. A medida será publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (30) e deverá instalar uma força tarefa para reestruturar o setor. Em um mês, o grupo terá que apresentar um relatório dos serviços ao governo.

A força tarefa envolverá profissionais das secretarias de Justiça e Direitos Humanos, Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Controladoria Geral, Administração, Gabinete de Projetos Estratégicos e Procuradoria Geral do Estado. Os profissionais deverão alocar recursos orçamentários para o custeio das ações emergenciais; contratar de imediato especialistas para a elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas, adequações e ampliação das unidades prisionais existentes priorizando novas vagas e aquisição de equipamentos; procurar o Governo Federal para viabilizar o financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais; formalizar convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Contas para oferecer maior celeridade e atendimento justo aos reeducandos; contratar apoio técnico-administrativo para consecução dos objetivos deste decreto.



Além disso, o grupo deverá apresentar ao governo, mensalmente, um relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período. O estado de emergência tem prazo de 180 dias.

Itaquitinga - Paulo Câmara nomeou um interventor, que será anunciado nesta quinta, e também autorizou a ocupação provisória do imóvel do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga; a preservação da segurança da obra, guardando e protegendo a edificação e as instalações existentes; o mínimo de prejuízos decorrentes da paralisação das obras; a realização de levantamentos, avaliações e perícias para a apuração dos prejuízos e adequação dos projetos de engenharia para a contratação das obras necessárias à conclusão da construção; a abertura de processo administrativo para apuração das faltas contratuais da Concessionária e para eventual decretação da caducidade da concessão.

Déficit de agentes penitenciários alcança marca de 4,7 mil servidores



Rebelião na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá. Foto: Allan Torres/DP/D.A Press

A Associação dos Agentes e Servidores do Sistema Penitenciário de Pernambuco notificou o Estado, na última semana, para que sejam tomadas medidas emergenciais para melhorar as condições de trabalho da categoria. De acordo com o presidente da entidade, João Carvalho, o documento pede contratação de efetivo e fornecimento de equipamentos novos para o exercício das funções. Atualmente, há um déficit de 4,7 mil agentes nas unidades carcerárias pernambucanas.

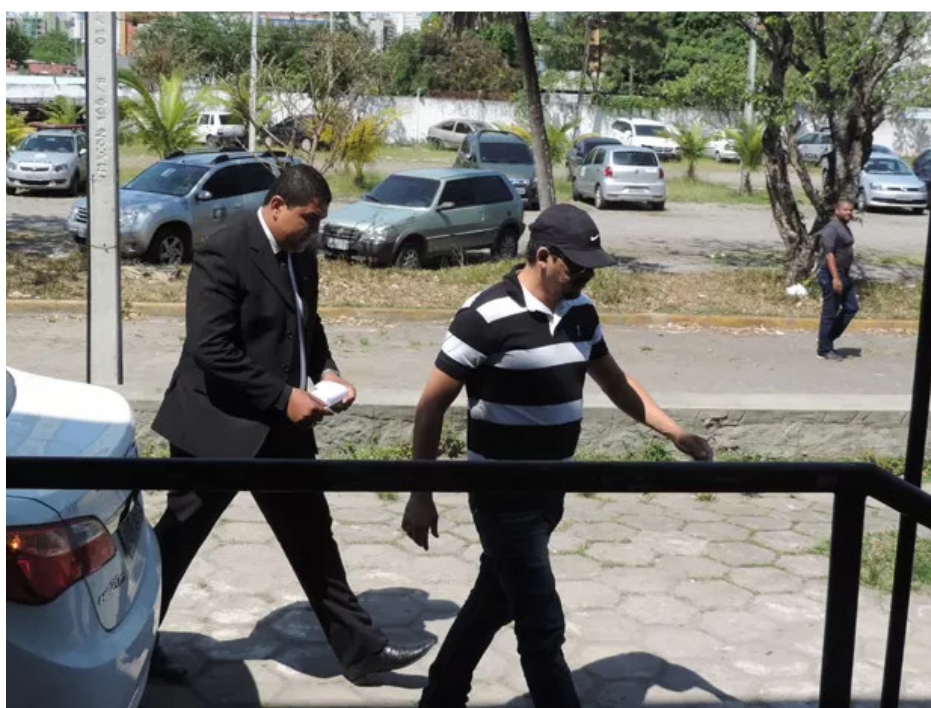
A notificação foi entregue para a Secretaria de Ressocialização, de Justiça e Direitos Humanos, de Defesa Social, Casa Civil, Ministério Público e Tribunal de Justiça. João Carvalho ainda adiantou que, se as medidas não forem tomadas em dez dias, haverá uma assembleia da categoria para deliberar sobre possíveis paralisações.

Assunto: Tenente da PM procurado por tentativa de homicídio se apresenta no DHPP	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:



Tenente da PM procurado por tentativa de homicídio se apresenta no DHPP

Militar é acusado de agredir segurança de bar no Recife, em dezembro. Amigo do policial, também envolvido no crime, foi preso na terça-feira.



Tenente da PM-PE acusado de tentativa de homicídio, Joacir Justino da Silva (de camiseta listrada) se apresenta na sede do DHPP (Foto: Luna Markman / G1)

Apresentou-se na sede do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), por volta das 13h30 desta quarta-feira (28), Joacir Justino da Silva, 42 anos, tenente da Polícia Militar indiciado por tentar matar o segurança de um bar do Derby, área central do Recife, com chutes e tijoladas, em dezembro do ano passado. Ele era considerado foragido pela Polícia Civil, uma vez que havia um mandado de prisão preventiva contra ele, sobre o qual o militar estava ciente.

A delegada Andréa Busch chegou ao DHPP no mesmo horário, mas em outro veículo. Os trâmites legais da apresentação foram cumpridos em uma hora e meia e ele seguiu para o Instituto de Medicina Legal, para os exames de praxe. Depois, o militar será recolhido ao Centro de Reeducação da Polícia Militar (Creed), em Abreu e Lima, na Região Metropolitana. Nenhum detalhe a mais foi repassado às equipes de imprensa que aguardavam no local.

O advogado Luiz Ferreira Neto assumiu a defesa do tenente e o acompanhou durante a apresentação no DHPP. "Ontem [terça, 27], quando saiu o decreto preventivo, ele estava na clínica, fazendo o tratamento médico. Hoje, ele veio espontaneamente porque a defesa entende que o decreto foi ilegal e tem algumas questões que serão esclarecidas no curso do processo. A defesa está se organizando para tomar a melhor medida necessária, sabendo que, por trás desse todo clamor social sobre o fato, existe um ser humano que precisa de tratamento", disse.

De acordo com o advogado, Joacir está se submetendo a tratamento psiquiátrico. "Já tem histórico de doença mental na família. O irmão já foi diagnosticado com o mesmo CID [Classificação Internacional de Doenças] que ele [o tenente], o F31 [transtorno afetivo bipolar]. Ele está calmo, sob efeito de remédio, mas veio de livre e espontânea vontade porque entende a sua real situação. Ele mesmo admite que a conduta dele foi extremamente reprovável, mas existe uma série de questões que envolvem aquela prática que serão esclarecidas durante a fase da instrução processual", informou.

Junto com Gleidnaldo Silva dos Santos, amigo que o ajudou a cometer o crime, o tenente foi indiciado por tentativa de homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil e por dificultar ou impedir a defesa da vítima. Gleidnaldo foi preso na terça-feira (27). O policial militar também foi indiciado por ameaça contra testemunhas do crime.

A advogada Silvana Duarte disse que vai ingressar, ainda nesta quarta, com pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em favor de Gleidnaldo. Para Silvana, a prisão dos dois foi indevida. "Para decretação da prisão preventiva são necessários alguns pressupostos, dentre eles as pessoas acusadas apresentem alguma ameaça para a aplicação da lei penal ou perturbação da ordem pública, o que significa intimidação à testemunha. Outra coisa que conta a favor deles foi a espontaneidade da apresentação no início da fase policial, quando se apresentaram e foram interrogados, nunca se esquivaram, além do que têm endereço certo, profissão definida e não registram antecedentes", enumera.

Imagens foram fundamentais

Segundo a delegada Andréa Busch, que apresentou detalhes da investigação nesta quarta, as imagens das câmeras de vigilância do estabelecimento foram fundamentais para a conclusão do inquérito e o indiciamento dos envolvidos. "As imagens ajudaram muito porque deixaram o crime incontestável. Todo mundo pode observar os detalhes do crime e da crueldade com que a vítima foi agredida", ressalta.

Os equipamentos gravaram toda a confusão, que começa quando o policial pede uma cerveja, por volta das 5h do dia 14 de dezembro de 2014, mas é informado do fechamento do bar. Mesmo assim, tira uma garrafa do freezer. O segurança tenta impedir a ação e é intimidado. Depois de tomar a cerveja com o amigo, o policial vai em direção ao segurança, na frente do estabelecimento. Ele dá murros e pontapés na vítima. O amigo se aproxima e desfere tijoladas na cabeça do rapaz, que cai no chão desmaiado.

Durante a agressão, o policial ainda empunhou uma arma para impedir que testemunhas se aproximassem do segurança. Ao prestar depoimento, essas pessoas afirmaram que o PM as ameaçou falando que "se encostar, eu meto bala pra cima e tiro onda".

Assustadas, quatro testemunhas denunciaram o tenente pela ameaça. "Elas abriram uma representação, mostrando o desejo de que a polícia também investigue essa ação", explica a delegada. Por isso, além de responder por tentativa de homicídio, o tenente foi indiciado por ameaça.

Segundo a delegada, os depoimentos das testemunhas também foram fundamentais para a decisão. Além de relatar as ameaças, elas ainda contaram que o acusado planejou o crime. "Foi determinante o depoimento de uma testemunha que ouviu o policial afirmando que não usaria a arma porque não estava fardado, mas iria dar uma surra no segurança e ele não iria resistir", afirmou Andréa Busch. Ao todo, foram ouvidas 16 pessoas durante as investigações, entre funcionários e clientes do bar, taxistas e profissionais de saúde.

O médico da Polícia Militar também foi ouvido e afirmou que o tenente não estava em tratamento psicológico, como havia afirmado após o crime. Segundo o médico, a primeira consulta do oficial aconteceu dois dias depois do crime. Ainda em dezembro, o policial justificou sua conduta afirmando que havia misturado remédios controlados com bebidas alcóolicas e, por isso, teria perdido a cabeça. Depois, no entanto, revelou que tomava a medicação por conta própria. "Se ele quis beber, tomar remédio e praticar o crime, isso não interfere, vai responder da mesma forma", pontua a delegada.

Trâmites legais

Joacir Justino da Silva foi indiciado por tentativa de homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil e por dificultar ou impedir a defesa da vítima. O Ministério Público de Pernambuco os denunciou ao Tribunal de Justiça de Pernambuco e o juiz da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Abérides Nicéas de Albuquerque Filho, acatou. Na segunda passada (26), o juiz determinou as respectivas citações para que respondam à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arrolar até oito testemunhas.

O pedido de prisão preventiva do tenente, feito pela Polícia Civil, foi acatada pelo TJPE na segunda-feira (26). Na terça, a polícia esteve na residência do oficial, mas ele não foi encontrado. Sua família foi informada da existência do mandado de prisão.

O inquérito ainda indiciou Gleidnaldo Silva dos Santos, amigo do policial militar e que também participou das agressões no dia 14 de dezembro. Foi esse homem que apanhou um tijolo do chão e começou a golpear a cabeça do segurança. Ele foi indiciado por tentativa de homicídio qualificado e preso na terça (27), na própria residência, em Olinda. O homem já havia sido notificado por roubo de cargas no ano passado e está no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima.

A pena por homicídio varia entre 12 e 30 anos de reclusão. Mas, por se tratar de tentativa, pode ser reduzida em um ou dois terços. Nesse caso, no entanto, ainda pode ser ampliada em até dois anos por causa das ameaças -- a pena de cada uma das quatro representações vai de um a seis meses.

Repercussão na corporação

O gestor do DHPP em exercício, Ricardo Silveira, disse que a polícia ficou surpresa com a atitude do tenente. "É um fato que choca pela forma bruta e desapropriada com

que ele agiu, principalmente porque esta não é a conduta que nós esperamos de um policial", pontua. Andréa Busch também condenou a atitude. "Nós, tanto da Polícia Civil quanto da Militar, estamos na rua para defender a população, prestar um serviço social e não causar maior conflito", acredita.

O militar está suspenso das atividades desde o dia 18 de dezembro, quando as imagens do crime foram liberadas e o então governador de Pernambuco, João Lyra Neto, autorizou a abertura de um conselho de justificação para apurar a transgressão disciplinar e conduta criminoso contra a honra militar. O prazo de suspensão é de 120 dias. Em nota ao G1, o corregedor-geral da Secretaria de Defesa Social (SDS), Sidney Lemos, informou que o conselho ainda encontra-se em fase de instrução.

Segundo Ricardo Silveira, gestor do DHPP, o afastamento do tenente da corporação não corresponde a abandono de função. No momento, ele fica legamente afastado para cumprir os trâmites legais e depois a Polícia Militar vai decidir se o tenente vai ser mantido nos quadros ou expulso da PM.

Assunto: Governo de PE decreta estado de emergência no sistema penitenciário	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:



Governo de PE decreta estado de emergência no sistema penitenciário

Nove secretarias vão participar da força-tarefa convocada pelo Executivo. Plano inclui intervenção no Centro de Ressocialização de Itaquitinga.



Detentos ocuparam laje de pavilhões e exibiram facões durante rebelião no maior presídio do estado, na semana passada (Foto: Kety Marinho/TV Globo)

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), declarou estado de emergência no sistema penitenciário e determinou intervenção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, que está com as obras paradas há cerca de um ano e meio. O decreto com as medidas foi assinado nesta quarta-feira (28) e será publicado no Diário Oficial da próxima sexta (30). Em nota, o Executivo Estadual destacou que “tais medidas se dão em face à atual situação de tensão vivenciada no sistema prisional”.

Na semana passada, o Complexo de Presídios do Curado (antigo Aníbal Bruno), o maior de Pernambuco, situado na Zona Oeste do Recife, registrou uma rebelião que durou três dias, deixando o saldo de três mortos e dezenas de feridos. Um sargento da PM foi assassinado com um tiro durante o motim e um dos detentos foi decapitado. Os três presídios do Curado têm capacidade para 1.800 presos, mas atualmente abrigam 7.000.

No início do mês, um cinegrafista da TV Globo já havia captado imagens de presos utilizando facões e celulares na área comum do complexo. Um vídeo mostrando a

realização de festas e fabricação de cachaça artesanal na unidade também foi divulgado. Após as denúncias, o então secretário de Ressocialização, Humberto Inojosa, entregou o cargo. No lugar dele, assumiu o coronel reformado da PM Éden Vespaziano. Em operação realizada nesta quarta (28), celulares, facões e drogas voltaram a ser encontrados nas celas de um dos presídios do complexo.

O decreto assinado pelo governador cria uma força-tarefa envolvendo nove secretarias: Justiça e Direitos Humanos, Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Controladoria Geral, Administração, Gabinete de Projetos Estratégicos e Procuradoria Geral do Estado. Caberá ao grupo alocar recursos orçamentários para custeio das ações emergenciais e contratar "elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas, adequações e ampliação das unidades prisionais existentes, visando, como prioridade máxima, a criação de novas vagas, bem como a aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento".



Imagens mostram superlotação na unidade de Itamaracá, Grande Recife (Foto: Reprodução / TV Globo)

Os técnicos também ficam responsáveis por providenciar tratativas com o Governo Federal para a viabilização de financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais e formalização de convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Contas.

De acordo com o procurador-geral do Estado, César Caúla, o estado de emergência para a atuação da força-tarefa tem prazo de 180 dias. "Esse prazo é improrrogável. A cada 30 dias,

um relatório sobre as atividades deve ser entregue ao governador", afirmou.

Em relação à intervenção da obra de Itaquitinga, o procurador destacou que começará em até 30 dias e deverá ser concluída em mais 30 dias, podendo o prazo ser prorrogado por igual período. "Vamos fazer uma espécie de perícia para identificar o que deveria ter sido entregue. A obra deveria ter ficado pronta em outubro de 2012. Esse processo de intervenção é para garantir a segurança da obra e minimizar os prejuízos da paralisação", explicou César Caúla.



Cinegrafista da TV Globo flagrou briga de detentos com facões, no Complexo do Curado, no início deste mês (Foto: Reprodução/Globo Nordeste)

Ele acrescentou que a obra tinha sido contratada em regime de Parceria Público-Privada (PPP), ao custo estimado de R\$ 200 milhões. "Como a empresa não conseguiu entregar a obra, vamos analisar o que foi aplicado e o que será feito no futuro". O decreto do governo estadual ainda determina "a abertura de processo administrativo para apuração das faltas contratuais da concessionária e para eventual decretação da caducidade da concessão"

Mutirão de processos de detentos

Após os motins registrados semana passada, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) já havia declarado regime especial na 1ª Vara Regional de Execução Penal. O objetivo é agilizar o andamento das ações envolvendo o sistema carcerário, um das queixas dos detentos. A Justiça Estadual informou que a medida considera, principalmente, a demanda que será gerada com a contratação de 20 advogados pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Eles irão atuar exclusivamente nos processos de execução penal. O trabalho teve início na última sexta (23). Cinco juízes estão atuando no regime em conjunto e sob a orientação do juiz titular da 1ª Vara, Luiz Rocha, que já conta com a ajuda de um magistrado auxiliar, Gilvan Macedo.

Assunto: Governo de PE decreta estado de emergência no sistema penitenciário	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:



Agentes penitenciários revelam como armas entram em presídio do Recife

Dois agentes contaram detalhes como o preço de um facão, R\$ 300. Secretário afirma que alambrado será reforçado para impedir arremesso.



A polícia ainda não sabe quem disparou o tiro que matou o sargento Carlos Silveira durante a rebelião da semana passada no Complexo Prisional do Curado, na Zona Oeste do Recife, que abriga três presídios. Agentes penitenciários garantem que o tiro partiu de um dos pavilhões. Nesta quarta-feira (28), em entrevista ao NETV 1ª Edição, um agente contou, sem se identificar, detalhes sobre como as armas e drogas entram e são comercializadas dentro do complexo -- o custo de um facão é de aproximadamente R\$ 300. Vídeos e fotos corroboram a denúncia de que existem armas de fogo nas mãos dos presos e de que são eles que dominam as unidades.

No espaço onde deveriam estar pouco mais de 2 mil pessoas vivem 7 mil homens, acusados de crimes como assassinato e tráfico de drogas. Imagens gravadas ao lado do Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALLB), parte do complexo, mostram foices e cola de sapateiro apreendidos na terça-feira (27) perto do muro, do lado de dentro. Segundo o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, foram apreendidos dez facões, 13 facas, vários barrotes (espécie de arma de madeira, como um taco) e ainda 760 litros de cachaça artesanal.

Sem se identificar, dois agentes comentaram o caso. Eles estimam que quase todo o material retirado na última revista já tenha sido repostado com a entrada praticamente

diária de encomendas por cima do muro. Afirmam que os presos seguem armados e se comunicando livremente com quem querem. É pelo celular que eles articulam a entrada de outros telefones, armas e drogas por cima do muro.

Durante a rebelião, o sargento Carlos Silveira do Carmo, 44 anos, estava na guarita que fica entre os três presídios quando foi baleado e acabou morrendo. A chefia da Polícia Civil designou um delegado especial para identificar de onde partiu o tiro. Os presos estavam rebelados sobre o telhado e a polícia procurava controlar a situação. Os agentes penitenciários estavam dentro do presídio e os tiros foram na direção deles.

“Quem atirou no sargento foram os presos dentro do [Presídio Aspirante Marcelo Francisco de Araújo] Pamfa, de dentro do pavilhão. Atiraram em direção à guarita central. Alguns policiais estavam com o sargento, eles confirmam isso, viram que o sargento estava sem o colete e quando ele estava em pé, tomou um tiro no rosto e caiu. Até porque não tinha nem policial nem agente penitenciário dentro dos pavilhões”, conta um dos agentes.

Vistoria avisada

Os agentes não têm dúvida de que há armas escondidas nas celas – e faz tempo. “Nós temos certeza disso, nós denunciemos todos os dias, mas a Secretaria, quando faz uma vistoria, é uma vistoria avisada e num único pavilhão. Ou seja: o preso transfere a arma pra um outro pavilhão e fica por isso mesmo, ninguém consegue encontrar”, explica o agente.

“Cada facão é vendido dentro da unidade prisional pelos presos por cerca de R\$ 300. Os presos, quando não conseguem o facão industrializado, que vem da rua, eles conseguem fabricar os próprios facões lá dentro com pedaços de chapa e ferro”, explica o agente.

Governo

O secretário Pedro Eurico afirma que esteve em Brasília, no Departamento Penitenciário Internacional, discutindo providências junto com o governo federal para o problema ocorrido em Pernambuco. “Se existe arma, se existe faca, se existe 'chuço' [arma artesanal], é porque existe tráfico e nós temos que combater”, afirma.

“Nós estamos apreendendo isso com agentes do sistema prisional, do Grupo Especial de Operações [GOE]. E vamos ampliar essas operações. Vamos continuar fazendo todos os dias. Não é verdade que todas essas armas entram somente por cima do muro”, declara. Segundo ele, as armas são comercializadas por pessoas mal intencionadas, dentro do próprio sistema, e isso será apurado.

Em relação à origem do tiro que matou o sargento, Pedro Eurico garantiu que haverá investigação rigorosa. “Se esse preso atirou, nós exigimos a apuração do caso. Quem praticou o homicídio vai ser responsabilizado. Nós sentimos muito que um suboficial da polícia tenha sido morto neste episódio, mas nós vamos apurar”, falou.

Sobre a acusação de falhas na fiscalização que permitem a entrada irregular de armas, o secretário afirma que esse não é o único fator. “Domingo às 5h30 eu estava no Aníbal Bruno, entrei para falar com os presos sozinho, sem segurança. Acho que os agentes precisam entrar mais. E tem força”, afirmou. Eurico disse ainda que há um grupo de segurança formado pelos próprios agentes que presta um grande serviço. O secretário

informou que será construído um alambrado reforçado com cerca de seis metros de altura. “Vai ser praticamente impossível lançar qualquer coisa”, garantiu.

Superlotação, armas e festas

Formado por três presídios, o Complexo do Curado (antigo Aníbal Bruno) é o maior do estado. As unidades têm capacidade para 1.800 presos, mas atualmente abrigam 7.000. A confusão ocorreu no mesmo pavilhão onde, no início do mês, um cinegrafista da TV Globo captou imagens de presos utilizando facões e celulares. Um vídeo mostrando a realização de festas e fabricação de cachaça artesanal na unidade também foi divulgado. Após as denúncias, o governo do estado prometeu reforçar a segurança e adotar medidas para evitar problemas no presídio.

O motim nas unidades começou após presos protestarem por mais agilidade no julgamento dos processos, alegando que muitos estariam reclusos irregularmente. O Tribunal de Justiça já tinha autorizado a criação de um grupo de trabalho para agilizar processos-crimes que são do Complexo.



Batalhão de Choque foi acionado nesta quarta, no Presídio Frei Damiano de Bozzano (Foto: Kety Marinho/TV Globo)

Assunto: Governo de PE decreta estado de emergência no sistema penitenciário	
Veículo: folhape	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:



Governo de Pernambuco declara estado de emergência no sistema penitenciário

Medida cria uma Força Tarefa com duração de 180 dias para normalizar situação

O governador Paulo Câmara assinou, nesta quinta-feira (29), decreto a ser publicado no Diário Oficial desta sexta (30), em que declara estado de emergência no sistema penitenciário do Estado, e a intervenção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga. Tais medidas tentam combater a crise atual do sistema prisional de Pernambuco, que enfrentou, na última semana, três dias de rebeliões que atingiram o Complexo Prisional do Curado e a Penitenciária Barreto Campelo, deixando três mortos e mais de 70 feridos.

O decreto cria uma Força Tarefa que envolve nove secretarias: Justiça e Direitos Humanos, Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Controladoria Geral, Administração, Gabinete de Projetos Estratégicos e Procuradoria Geral do Estado.

À Força Tarefa caberá:

1. A alocação de recursos orçamentários para o custeio das ações emergenciais;
2. A contratação emergencial de elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas, adequações e ampliação das unidades prisionais existentes, visando, como prioridade máxima, a criação de novas vagas, bem como a aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento.
3. Tratativas com o Governo Federal para a viabilização de financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais;
4. Tratativas visando à formalização de convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Contas, objetivando estabelecer parcerias.
5. Contratação de serviço de apoio técnico-administrativo para consecução dos objetivos deste decreto.

A Força Tarefa deverá apresentar ao Governador do Estado, a cada 30 dias, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período. O estado de emergência tem prazo de 180 dias, período em que atuará a Força Tarefa.

Com relação à intervenção da obra de Itaquitinga, o governo nomeia um interventor e autoriza :

1. Ocupar provisoriamente o bem imóvel vinculado ao objeto do contrato;
2. Preservar a segurança da obra, guardar e proteger a edificação e as instalações existentes;
3. Minimizar os prejuízos decorrentes da paralisação das obras;
4. Realizar os levantamentos, avaliações e perícias para a apuração dos prejuízos e adequação dos projetos de engenharia para a contratação das obras necessárias à conclusão da construção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga;
5. Determinar a abertura de processo administrativo para apuração das faltas contratuais da Concessionária e para eventual decretação da caducidade da concessão.

Assunto: Pernambuco decreta estado de emergência no sistema penitenciário	
Veículo: JConline	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Pernambuco decreta estado de emergência no sistema penitenciário

Paulo Câmara assinou, nesta quarta-feira (28), decreto que também determina a intervenção do Presídio de Itaqui



Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

O cenário de tensão vivenciado na semana passada com a rebelião que durou três dias no Complexo Prisional do Curado levou o governo do Estado a decretar estado de emergência no sistema penitenciário. O governador Paulo Câmara assinou, nesta quarta-feira, decreto a ser publicado no Diário Oficial desta sexta-feira (30). Medidas incluem ainda a intervenção no Centro Integrado de Ressocialização de Itaqui, que está com obras paradas e deve desafogar as penitenciárias do Grande Recife. O estado de emergência tem prazo de 180 dias, período em que atuará a Força Tarefa.

O decreto cria uma força-tarefa que envolve nove secretarias: Justiça e Direitos Humanos, Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Controladoria Geral, Administração, Gabinete de Projetos Estratégicos e Procuradoria Geral do Estado.

À força-tarefa caberá a alocação de recursos orçamentários para o custeio das ações emergenciais; a contratação emergencial de elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas, adequações e ampliação das unidades prisionais existentes, visando, como prioridade máxima, a criação de novas vagas, bem como a aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento; tratativas com o Governo Federal para a viabilização de financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais.

Além disso, estará responsável também por negociações visando à formalização de convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Contas, objetivando estabelecer parcerias e contratação de serviço de apoio técnico-administrativo para consecução dos objetivos deste decreto. A Força Tarefa deverá apresentar ao Governador do Estado, a cada 30 dias, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período.

Com relação à intervenção da obra de Itaquitinga, o governo nomeia um interventor e autoriza ocupar provisoriamente o bem imóvel vinculado ao objeto do contrato; preservar a segurança da obra, guardar e proteger a edificação e as instalações existentes; minimizar os prejuízos decorrentes da paralisação das obras; realizar os levantamentos, avaliações e perícias para a apuração dos prejuízos e adequação dos projetos de engenharia para a contratação das obras necessárias à conclusão da construção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga; determinar a abertura de processo administrativo para apuração das faltas contratuais da Concessionária e para eventual decretação da caducidade da concessão.

Assunto: Governo de PE decreta estado de emergência no sistema penitenciário	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:



Paulo Câmara decreta estado de emergência no sistema penitenciário



Rebelião no Curado nesta segunda-feira (19) deixou um sargento da PM morto. Foto: Bobby Fabisak/JC

Uma semana depois das rebeliões em duas unidades prisionais de Pernambuco, o governador Paulo Câmara (PSB) assinou nesta quarta-feira (30) o decreto de estado de emergência no sistema penitenciário do Estado.

A determinação será publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (30). As ações previstas preveem também a intervenção no Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, na Mata Norte.

O decreto cria uma Força Tarefa que envolve nove secretarias: Justiça e Direitos Humanos, Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Controladoria Geral, Administração, Gabinete de Projetos Estratégicos e Procuradoria Geral do Estado.

Entre as atribuições da Força Tarefa estão a alocação de recursos orçamentários para o custeio das ações emergenciais; a contratação emergencial de elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas, adequações e ampliação das unidades prisionais existentes, visando, como prioridade máxima, a criação de novas vagas, bem como a aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento; tratativas com o Governo Federal para a viabilização de financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais.

Além disso, estará responsável também por negociações visando à formalização de convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Contas, objetivando estabelecer parcerias e contratação de serviço de apoio técnico-administrativo para consecução dos objetivos deste decreto.

Quanto às ações para destravar as obras de Itaquitinga, o governo se propôs a ocupar provisoriamente o imóvel, preservar a segurança da obra, minimizar os prejuízos da paralisação das obras, realizar os levantamentos, avaliações e perícias para a apuração dos prejuízos e adequação dos projetos de engenharia para a contratação das obras necessárias à conclusão da construção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga.

Assunto: Governo declara estado de emergência no sistema penitenciário	
Veículo: Blog da Folha	Data: 29/01/2015
Editoria:	Seção:

BLOG DA FOLHA

Governo declara estado de emergência no sistema penitenciário



Governo também criou uma Força Tarefa que envolve nove secretarias para combater crise no setor (Jedson Nobre/ Folha de Pernambuco)

O governador Paulo Câmara assinou, nesta quinta-feira (29), decreto a ser publicado no Diário Oficial desta sexta (30), em que declara estado de emergência no sistema penitenciário do Estado, e a intervenção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga. Tais medidas tentam combater a crise atual do sistema prisional de Pernambuco, que enfrentou, na última semana, três dias de rebeliões que atingiram o Complexo Prisional do Curado e a Penitenciária Barreto Campelo, deixando três mortos e mais de 70 feridos.

O decreto cria uma Força Tarefa que envolve nove secretarias: Justiça e Direitos Humanos, Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Controladoria Geral, Administração, Gabinete de Projetos Estratégicos e Procuradoria Geral do Estado.

À Força Tarefa caberá:

1. A alocação de recursos orçamentários para o custeio das ações emergenciais;
2. A contratação emergencial de elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas, adequações e ampliação das unidades prisionais existentes, visando, como prioridade máxima, a criação de novas vagas, bem como a aquisição de equipamentos

necessários ao seu funcionamento.

3. Tratativas com o Governo Federal para a viabilização de financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais;
4. Tratativas visando à formalização de convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Contas, objetivando estabelecer parcerias.
5. Contratação de serviço de apoio técnico-administrativo para consecução dos objetivos deste decreto.

A Força Tarefa deverá apresentar ao Governador do Estado, a cada 30 dias, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período. O estado de emergência tem prazo de 180 dias, período em que atuará a Força Tarefa.

Com relação à intervenção da obra de Itaquitinga, o governo nomeia um interventor e autoriza:

1. Ocupar provisoriamente o bem imóvel vinculado ao objeto do contrato;
2. Preservar a segurança da obra, guardar e proteger a edificação e as instalações existentes;
3. Minimizar os prejuízos decorrentes da paralisação das obras;
4. Realizar os levantamentos, avaliações e perícias para a apuração dos prejuízos e adequação dos projetos de engenharia para a contratação das obras necessárias à conclusão da construção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga;
5. Determinar a abertura de processo administrativo para apuração das faltas contratuais da Concessionária e para eventual decretação da caducidade da concessão.